

O *IMPEACHMENT* DE 2016 A PARTIR DOS CAMPOS DE MORALIDADE: OS DISCURSOS CONSERVADORES ATIVADOS NA DEPOSIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF

THE IMPEACHMENT OF 2016 FROM THE FIELDS OF MORALITY: THE CONSERVATIVE DISCOURSES ACTIVATED IN THE DEPOSITION OF DILMA ROUSSEFF

Yago de Souza Rodrigues¹

IUPERJ - UCAM: <https://orcid.org/0000-0001-8916-7197>

Janine Targino da Silva²

IUPERJ - UCAM: <https://orcid.org/0000-0002-8516-5132>

DOI: 10.21680/1982-1662.2023v6n38ID32594

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar no que consistem e como foram ativados os campos de moralidade inseridos no âmbito do procedimento de instauração do processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), votado em 17 de abril de 2016. Para tanto, será realizado o exame de elementos que compõem a estrutura dos discursos conservadores mais destacados no decorrer daquele processo político, como concepções sobre moralidades, política e conservadorismo, como se articulam e quais foram as consequências políticas dessa combinação. Nesse sentido, a articulação dessas concepções se desdobrou na mobilização de atores políticos em torno da projeção de discursos de variadas dimensões, como religião, economia e segurança, e que influenciados por um robusto conjunto retórico de apelo ao passado, culminaram em um processo político que marcou de forma determinante a democracia brasileira.

¹ E-mail: yagosrodrigues@live.com

² E-mail: janine.targino.silva@gmail.com

Palavras-chave: *Impeachment*. Dilma Rousseff. Moralidades. Movimentos Conservadores.

Abstract

This paper aims to analyze what they consist and how were activated the fields of morality inserted in the procedure of initiating the impeachment process of then President Dilma Rousseff (Workers Party - PT), voted on 17 April 2016. In order to do so, it will be carried out the examination of elements that make up the structure of the most prominent conservative discourses in the course of that political process, such as conceptions about moralities, politics and what the political consequences of this combination were. In this sense, the articulation of these conceptions unfolded in the mobilization of political actors around the projection of discourses of various dimensions, such as religion, economy and security, and that influenced by a robust rhetorical set of appeal to the past, political process that marked in a determinant way the Brazilian democracy.

Keywords: Impeachment. Dilma Rousseff. Moralities. Conservative Movements.

Introdução

Considerado um dos eventos políticos mais controversos da história recente do Brasil e ainda objeto de debates e polêmicas sob diferentes perspectivas, o *impeachment* de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT) foi um processo político e constitucional que resultou na destituição da então Presidenta do Brasil, em 31 de agosto de 2016. O processo foi iniciado devido a acusações de irregularidades financeiras na gestão de Rousseff, incluindo o uso de verbas orçamentárias para propósitos de cunho político. Após meses de debates e votações no Congresso Nacional, a maioria dos deputados e senadores votou a favor do afastamento, levando à posse do então Vice-Presidente Michel Temer para o posto de Presidente interino.

No entanto, outro ponto norteador da conjuntura que levou à demissão de Dilma Rousseff localiza-se no uso de discursos conservadores que questionavam a gestão da Presidenta e as decisões políticas de variadas dimensões que buscou implementar ao longo de seu segundo mandato. Protagonizados por partidos políticos e grandes lideranças de direita tanto no âmbito político como social, estes discursos acusavam a Presidenta de corrupção e de não garantir a estabilidade econômica do país.

Para além disso, esses conjuntos retóricos também se basearam na ativação de campos de moralidade historicamente conservadores, a exemplo do respeito à moral e à ética, à defesa da família tradicional, à valorização do livre mercado e, de forma destacada para a realização da presente pesquisa, à religião. Devidamente articulados, tais preceitos foram utilizados dentro e fora dos espaços políticos como pretextos para a efetivação do *impeachment*, voltados sobretudo a sustentar que Dilma Rousseff estava afastada desses princípios e, em virtude disso, não estava em posição adequada para seguir governando o país.

Nesse sentido, vale notar que a presença da religião no âmbito da política é um processo observado na conjuntura brasileira que em muito antecede o *impeachment* de Dilma Rousseff. Para Oro e Mariano (2010), por exemplo, trata-se de um encadeamento no qual a política e a religião passam a ser instrumentalizadas de forma conjunta e articulada, e que tem se desdobrado desde os anos 80 do século passado. Tal como demonstram os autores, os pentecostais participam das eleições presidenciais desde o início da redemocratização, tendo apoiado a candidatura de Fernando Collor em 1989 no segundo turno com a intenção de impedir a vitória de Lula e evitar que um eventual governo petista/comunista supostamente acabasse com a liberdade religiosa e perseguisse os evangélicos.

A rejeição a Lula continuou em 1994 (Pierucci; Prandi, 1996) e em 1998 (Oro; Mariano, 2010), permanecendo o discurso persecutório e demonizante dirigido ao PT. Por outro lado, é importante sublinhar que Lula e o PT arregimentaram apoio entre os protestantes históricos e as Comunidades Eclesiais de Base e demais atores sociais simpáticos à Teologia da Libertação desde 1989 (Oro; Mariano, 2010). Esses dados revelam um cenário bastante nuançado onde a proximidade entre religião e política nem sempre ocorre de forma linear.

Pela primeira vez, em 2002, Lula e o PT obtiveram o apoio de denominações pentecostais, incluindo a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). E em 2006 a conquista do voto evangélico passa a constituir uma das prioridades da campanha presidencial petista. No entanto, Segundo Oro e Mariano (2010) é na eleição presidencial de 2010 que a influência e o poder de dirigentes, grupos e movimentos católicos e pentecostais alcança seu ápice na política nacional. É nesse momento que esses religiosos conseguem mobilizar e pressionar as campanhas, estratégias e propostas eleitorais de candidatos à presidência, dentre eles, Dilma Rousseff, que sairá vitoriosa do pleito daquele ano. Como nos informam Oro e Mariano (2010, p. 22) “o peso da religião e de questões de natureza moral e religiosa sobre a esfera pública brasileira revelou-se de forma contundente nesta eleição”.

Sendo assim, pode-se considerar que as bases da narrativa que acionou diversos campos de moralidade no decorrer do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff estiveram presentes desde sua primeira campanha eleitoral. A presença de atores fortemente vinculados à esfera religiosa na composição das estratégias e propostas eleitorais de Rousseff expõe marcadamente em qual cenário discursivo ela precisaria transitar ao longo de seu mandato.

Para tanto, em que pese no Brasil a presença da religião nos espaços políticos tenha ganhado nova roupagem a partir de 2010 (Vital da Cunha, 2020), nota-se já antes desse momento uma espécie de fragilização dos canais de diálogo até então existentes entre lideranças religiosas e o Poder Executivo à época, gerido por sucessivos mandatos do PT, maior partido de esquerda do país.

Com esse processo de enfraquecimento das relações entre a esquerda brasileira e as lideranças religiosas de maior destaque no país, surgiu uma lacuna que se tornou cada vez maior, e que foi ocupada de forma quase que exclusiva por setores ainda mais conservadores de nossa sociedade. Importante mencionar, também, que esses nichos conservadores se mobilizaram de tal maneira que um dos fenômenos então observados foi a articulação entre grupos oriundos da Igreja Católica com integrantes da Igreja Evangélica, em processos de reação a pautas no espaço político que tratassem sobre temas que confrontassem suas agendas (Vital da Cunha, 2020).

O desenvolvimento dessa proximidade entre movimentos historicamente discordantes no âmbito religioso é considerado um paradigma para a literatura³, e

³ Autores como Machado (2012), Vital da Cunha e Lopes (2012) e Mariz (2017) abordam como a concretização de uma aliança entre Católicos e Evangélicos viabilizou a ascensão de uma força política

possibilitou a construção de um movimento político-religioso permeado por novas nuances, dotado de capilaridade social, poder de mobilização e capacidade de inserção e influência no seio dos processos decisórios em nossas instâncias políticas. Prova disso é que, uma das estratégias mais bem-sucedidas desses grupos tem sido a ampla produção e divulgação de materiais difusores do que Stanley Cohen (1972 *apud* Miskolci, 2007, p. 111) nomeia de pânicos morais.

Na década de 1960, Stanley Cohen desenvolveu uma reflexão sobre como a sociedade reage a determinadas situações e identidades sociais que presume representarem alguma forma de perigo. O então estudante de doutorado da Universidade de Londres explicou o processo de sensibilização social no qual um tipo de comportamento e uma categoria de “desviantes” são identificados de forma que pequenos desvios da norma são julgados e recebem uma forte reação coletiva. Assim, Cohen criou o conceito de pânico moral para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos (Cohen, 1972 *apud* Miskolci, 2007, p. 111).

Assim, mostra-se inegável que a estratégia supracitada teve como resultado fundamental o amadurecimento de importantes movimentos conservadores brasileiros e o fortalecimento das bases de sustentação eleitoral que esses grupos lograram êxito em acessar e, posteriormente, fidelizar em processos eleitorais seguintes.

No que tange ao êxito da estratégia que culminou na campanha pelo afastamento da Presidenta em 2016, importa mencionar que ela não se desenvolveu de forma independente de outras variáveis. Pelo contrário, a utilização da religião na política é fruto de um processo que envolve múltiplas dimensões, e que abrangeu, no caso brasileiro, temas como violência, geração de emprego e renda, transformação nas relações pessoais e alteração até mesmo nos costumes que norteavam tais relações. Ao analisar a campanha pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, Tatagiba (2018) sinaliza que a associação da corrupção ao PT e a aversão ao suposto avanço do comunismo em território brasileiro foram determinantes para as mobilizações que retiraram a então Presidenta do poder. Já a análise de Moritz e Bacelar (2020), que promovem um olhar de gênero sobre a cobertura jornalística de grandes veículos de imprensa como O Globo e Folha, revelam o viés sexista na forma como foi (des)construída a figura pública de Dilma. Segundo as autoras, a desqualificação de Rousseff para o cargo de Presidenta, dentro do cenário do *impeachment*, esteve

ambiciosa e bem articulada na conjuntura brasileira.

intimamente ligada ao fato de se tratar de uma mulher.

Diante do exposto, o presente trabalho tem o objetivo de analisar no que consistem e como foram ativados os campos de moralidade inseridos no âmbito do procedimento de instauração do processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff (PT), concretizado em 2016. Trata-se, em linhas gerais, de uma pesquisa voltada a examinar como os discursos conservadores se projetaram em uma conjuntura de tensionamento das relações político-sociais, em um contexto mais amplo, e como reverberaram em um processo histórico específico, fato esse que gerou consequências determinantes para outros contextos que o sucederam, e cujas consequências políticas, econômicas e sociais têm sido notadas até os dias atuais na sociedade brasileira.

Para tal tarefa, através de metodologia pautada em revisão bibliográfica, será realizado um exame de fundamentos que constituíram o arranjo dos discursos conservadores mais afamados no decorrer daquele processo de afastamento, notadamente as noções sobre moralidade, política e conservadorismo, como estas se coordenaram e quais foram os frutos políticos dessa combinação. Em seguida, serão apresentadas algumas constatações acerca da mobilização política em torno dos referenciais acima citados, sobretudo como a sua articulação ativou variados campos de moralidade na conjuntura em que Rousseff foi demovida do cargo de Presidenta.

A título de conclusão, serão apresentados alguns apontamentos sobre o conceito de ponto nodal, contido na Teoria do discurso formulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (de Mendonça, 2009), referencial que será capaz de demonstrar como um elemento ou conceito que funciona como o centro de gravidade de uma estrutura discursiva - no caso, os campos de moralidade - pode viabilizar a articulação de diferentes elementos e ideias em torno dele. O desenvolvimento do presente trabalho será orientado pela seguinte pergunta de pesquisa: *como se construiu a articulação e ativação de diferentes campos de moralidade no decorrer do processo de impeachment de Dilma Rousseff?*

Moralidades e conservadorismos na política brasileira

Inicialmente, importa falarmos sobre o conceito de moralidades, aqui entendido como um conjunto de dimensões da esfera moral que podem ser articuladas em prol de discursos de defesa ou ataque a um estado de coisas específico, a ser

discutido juntamente com outras duas definições consideradas imprescindíveis no presente texto: o conceito de política e o conceito de conservadorismo.

Promovido sobretudo no universo conservador e reflexo de um movimento que tem atuado como ferramenta de freio e ataque a conquistas históricas de direitos, mormente relacionadas a minorias tradicionalmente alijadas de garantias elementares de vivência em sociedade, a definição de moralidades - aqui estudada - pode ser observada como uma dimensão cultural que se refere aos valores, crenças e normas compartilhados por uma sociedade ou grupo social, que orientam o comportamento humano e julgam o que é certo ou errado, justo ou injusto (Brito, 2011).

Nesse sentido, a partir das Ciências Sociais, a moralidade será estudada como um fenômeno social e culturalmente construído, que é influenciado por fatores históricos, políticos, econômicos e tecnológicos. Não obstante, ao falar sobre moralidades, estamos analisando um aspecto importante da vida social, que contribui até mesmo para regular as interações entre indivíduos e grupos.

Para além disso, a moralidade será vista também como um processo de natureza dinâmica e mutável, já que as normas morais podem mudar ao longo do tempo e entre diferentes grupos sociais. Em outras palavras, as moralidades são construídas socialmente ao longo do tempo e variam de acordo com a cultura, a história e as circunstâncias sociais.

Paralelamente, a concepção de política se mostra fundamental para que compreendamos como o contexto e o processo que culminaram na demissão de Dilma Rousseff do cargo de Presidenta da República podem ter sido articulados de forma a privilegiar as forças políticas que foram mobilizadas em prol de um desfecho em que o Palácio do Planalto não mais fosse ocupado pela integrante do PT.

Max Weber (2015) concebe a política como um processo de ação social orientado para a busca pelo poder e a influência, em que diferentes grupos sociais rivalizam e disputam o controle dos mecanismos de poder na sociedade. De acordo com nosso autor, a política consistirá no esforço dos indivíduos e grupos para influenciar a formulação das decisões políticas e atuar de forma a obter benefícios de natureza social e econômica. Nesse sentido, a política é uma forma de agir coletivamente para alcançar objetivos e para lidar com questões nas esferas sociais e políticas (Weber, 2015).

O autor visualiza que a política se trata de uma dimensão importante da vida social e que as instituições políticas, como o Estado, são os meios pelos quais os indivíduos e grupos exercem seu poder e influência na sociedade. Weber também argumenta que a política é ajustada por diferentes sistemas políticos, como o autoritarismo, o totalitarismo e a democracia, e que os regimes de governo influenciam o poder e a influência que os indivíduos e grupos têm na sociedade (Weber, 2015).

O que compreendemos por política? O conceito é extremamente amplo e abarca todo e qualquer tipo de atividade autonomamente *diretriz*. Fala-se da política cambial dos bancos, da política de desconto do banco imperial, da política de um sindicato em uma greve, pode-se falar de uma política escolar em uma comunidade municipal ou aldeã, da política da direção de uma associação junto à sua gestão, sim, por fim, da política de uma mulher inteligente que procura guiar seu marido. Um conceito a esse ponto amplo não se encontra naturalmente à base de nossas considerações na noite de hoje. Por política, compreendemos aqui apenas a direção ou a influência exercida sobre a direção de uma associação política, portanto, hoje, de um *Estado* (Weber, 2015, p. 61-62).

Sobre o elemento do Estado, tão mencionado em sua obra quando da busca de sujeitos e coletivos em atingir os meios de poder, Weber assevera que esse resultará em “uma relação de dominação”⁴, amparada pelo mecanismo do uso legitimado da força, entre indivíduos sobre indivíduos. Para que a existência do Estado se concretize, os indivíduos subjugados precisarão aceitar a soberania e a força daqueles que os dominaram. Assim sendo, o elemento da legitimidade no domínio será justificado a partir de três diretrizes primordiais: a autoridade das tradições pactuadas por meio de posicionamentos voltados à sua manutenção; a autoridade oriunda dos dotes pessoais vinculados aos indivíduos, notadamente o chamado domínio carismático de grandes lideranças; e o domínio originado na própria legitimidade, ou seja, fundado na validade de um regramento legalmente instituído e norteado por diretrizes elaboradas de forma racional, é dizer, “graças à crença na validade da disposição para a obediência no cumprimento de deveres instituídos” (Weber, 2015, p. 64).

Assim, retomando o exposto até aqui, para Max Weber a política será um processo social de caráter complexo, que envolve competição, influência e poder, e além de ser influenciado por diferentes sistemas políticos, consiste também em uma

⁴ Weber, 2015, p. 63.

forma de ação social racional e baseada em interesses, em que a busca para alcançar fins específicos norteará as ações dos indivíduos em uma comunidade política.

Após a observação atenciosa dos conceitos de moralidade e política, o conservadorismo revela-se o terceiro elemento primordial para a devida compreensão dos campos de moralidade ativados no âmbito do *impeachment* de Dilma Rousseff. Certamente, o conservadorismo constitui um dos fatores de maior destaque para que as narrativas em torno da deposição da Presidenta reeleita pudessem se concretizar. Nesse sentido, a partir do elemento “religião” importantes narrativas foram elaboradas e fortalecidas, e em um contexto no qual os questionamentos na política se tornavam cada vez mais acentuados e a opinião pública se tencionava de forma desfavorável ao chamado *establishment*, o aspecto religioso no âmbito da política despontou como um mecanismo de formulação de estratégias para atingir força política, alcançar espaços decisórios importantes e neles conseguir se manter.

Para isso, Vital da Cunha (2020) compreende que a partir das eleições presidenciais de 2010 têm sido difundidos em nosso contexto político variados sentimentos voltados a preocupar a sociedade sobre a hipótese de que visões tradicionais de vida estariam passando por um reiterado processo de vulnerabilidade e violação. Esses “pânicos morais”, articulados sobretudo nas formas de perigo e de desordem, ganharam força no palco público e protagonizaram variadas narrativas de atores políticos, que através deles se mobilizaram e atingiram alcance notável.

Posteriormente, o resultado dessa articulação entre o político e o religioso possibilitou a seus interlocutores atingir importantes triunfos nas tentativas de adentrarem os espaços decisórios a partir de processos eleitorais. Não obstante, para a autora, esse processo que ganhou nova dimensão em 2010 se concretizando a partir da conjunção de demandas religiosas e não-religiosas teve sua maior conquista nas eleições de 2018, quando Jair Bolsonaro, político de extrema-direita, elegeu-se Presidente da República.

Essa combinação de temas sensíveis possibilitou um discurso exitoso, que pautado pelo objetivo de resgate da tradição e muito influenciado pelo elemento da religião, alcançou e convenceu milhões de brasileiros na eleição de 2018. Ainda, olhando como esse processo se desdobrou entre as eleições de 2010 e 2018, nota-se a existência de um projeto de articulação efetiva do político com o religioso, e a utilização do divino nas narrativas político-eleitorais mostrou-se capaz de gerar

importantes e positivos resultados para os seus interlocutores.

Nesse sentido, movimento necessário para conceituar o conservadorismo e reafirmá-lo como eixo primordial no desenvolvimento do presente trabalho, é entender o papel da religião no caso brasileiro. No antes, durante e depois do processo que culminou na deposição de Dilma Rousseff, o que se observa é que o elemento da religião passou a protagonizar a narrativa de inúmeros representantes políticos. Para além de um objetivo de estreitamento de relações com bases eleitorais, esse processo de articulação entre o político e o religioso serviu também como um mecanismo de distinção para aqueles representantes que apelavam ao divino (Vital da Cunha, 2020).

Essa abordagem acabou reverberando em parcela considerável de nossa sociedade, “sentimentos públicos de atordoamento e medo”⁵ sentidos que passaram a influenciar o posicionamento e nortear o comportamento de muitos cidadãos em nosso tecido social. Invocados por lideranças que transitavam entre as esferas da política e da religião, os pânicos morais levantados por candidatos que se apossaram dessa estratégia de difusão alcançaram um efetivo sucesso no âmbito das eleições (Vital da Cunha; Evangelista, 2019).

Por conseguinte, compreende-se que esses pânicos morais se mostraram ferramentas efetivas de mobilização política, e o resultado disso se mostrou muito claro no decorrer dos dois mandatos de Rousseff e no processo que a demoveu do cargo de Presidenta da República. Com uma projeção de que ocorriam transformações sociais no sentido de viabilizar garantias de direitos atribuídos a lutas históricas das mulheres, das comunidades negra e LGBTQIAP+ e em temas como direitos reprodutivos, liberdades sexuais, combate à homofobia e outros tão importantes quanto, a reação conservadora se desdobrou de forma a incutir no imaginário coletivo concepções de que essas mudanças não vinham para o bem de nossa sociedade, e por isso se mostrava necessária a elaboração de respostas que pudessem conter estes avanços e proteger aqueles que não aceitavam a sua implementação em nosso contexto social.

Diante do exposto, um conceito simplificado para o conservadorismo a partir da noção de retórica da perda consistirá na construção de discursos norteados por sentimentos de intimidação moral quando em face de transformações sociais

⁵ Vital da Cunha, 2020, p. 131.

“empiricamente identificadas e que buscam reconhecimento”⁶, e que visam assim, o estabelecimento de regramentos inclusivos que alcancem grupos minoritários e diversificados e a consequente desconstrução de parâmetros tradicionais de convivência social que rejeitam a inclusão e a própria validade social a estes grupos (Vital da Cunha, 2020).

Não obstante, característica primordial da retórica da perda será a “referência a algo que fora perdido e precisava ser recuperado”⁷. Esse aspecto será norteador por variados imperativos, e Vital da Cunha (2020) assevera entre eles o retorno a um estado de coisas pautado na ordem, previsibilidade, segurança, unidade e autoridade, contestando assim a ocorrência de transformações sociais nos mais variados campos - como gênero e orientação sexual - e reivindicando a volta a uma conjuntura anterior, na qual não haveria quaisquer tipos de constrangimentos de natureza física, moral e patrimonial.

Assim, a retórica da perda é uma narrativa que se funda na identificação de um sentimento público que anseia por uma mudança. Mas não em direção ao novo, não prospectiva, vanguardista, utópica. A seta desta mudança desejada vai em direção ao passado. Um passado, em grande medida, imaginado. O sentimento de melancolia aqui é dominante. Neste lugar da memória (ou do desejo de memória perdido) as relações sociais seriam harmônicas, sustentáveis socialmente, produziam previsibilidade, logo, segurança. Este desejo de “mudança para trás” pode ser também chamado de retrotopia (Vital da Cunha, 2020, p. 136).

Dessa forma, como reflexo de políticas voltadas a incentivar a diversidade e o pluralismo, o sentimento de perigo passou a permear sentimentos coletivos daqueles que se opunham ao contexto de mudança, sustentando a literatura⁸ que essas transformações exigiram a ascensão de demandas por manutenção do *status quo* dos setores sociais que se viam ameaçados pela mera possibilidade de que ideias tradicionais pudessem ser colocadas em xeque, indicando a presença de um “sentimento partilhado de ameaça” que acabava por intensificar reivindicações de resgate das tradições cuja principal força mobilizadora será o retorno da sociedade ao passado, única forma de recuperar elementos que seriam cruciais para restabelecer o bem-estar e a segurança da sociedade brasileira (Vital da Cunha, 2020).

⁶ Vital da Cunha, 2020, p. 135.

⁷ Vital da Cunha, 2020, p. 134.

⁸ A exemplo de Mariano (2016).

A respeito dos pânicos morais que atravessaram o período em que Dilma esteve na presidência, Balieiro (2018) discorre sobre alguns eventos emblemáticos. Certamente um dos mais significativos foi a polêmica envolvendo o conjunto de conteúdos chamado pelo governo de “kit anti-homofobia”, mas que fora transformado por seus críticos em “kit gay”. Este material, criado pela ONG paulistana ECOS - Comunicação em Sexualidade, fazia parte do Programa Escola Sem Homofobia e consistia basicamente em uma série de materiais direcionados a educadores e educandos (Balieiro, 2018).

A cronologia da controvérsia é apontada por Balieiro (2018):

A controvérsia se iniciou em novembro de 2010, quando duas audiências públicas foram realizadas no Congresso Nacional a respeito do planejamento do programa, com a presença das partes responsáveis por sua elaboração. Nessa ocasião, o parlamentar Jair Bolsonaro discursou na Câmara dos Deputados. À parte o caráter abertamente preconceituoso da fala do deputado, salta aos olhos a ênfase dada ao que supostamente seria a faixa etária do público alvo do material: “Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos, da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade [...] se um garoto tem desvio de conduta logo jovem, ele deve ser redirecionado para o caminho certo, nem que seja com umas palmadas” (Balieiro, 2018, p. 6-7).

Até a primeira quinzena de maio de 2011 o tema permaneceu sem grande repercussão. Mas, foi neste período que outros líderes políticos assumiram a frente oposicionista, associados à Frente Parlamentar Evangélica (FPE), à bancada católica e ao lado de Bolsonaro, para então se posicionar e denunciar o material por eles denominado como “kit gay”. Essa mobilização levantou a ameaça de obstrução das atividades da casa legislativa e promoveu forte pressão sobre o governo de Dilma Rousseff. Considerando estes acontecimentos, Balieiro questiona: “O que mudou do final de 2010 para o começo de maio de 2011, quando o tema da suposta ‘ameaça às crianças’ se torna ponto nevrálgico do debate político nacional?” (Balieiro, 2018, p. 7).

Dois eventos ocorridos em maio de 2011 são fundamentais para a compreensão da atmosfera de pânico moral que atravessou o período em que Dilma esteve na presidência. Na análise que buscamos construir nestas linhas, tentamos demonstrar como o acionamento do campo da moralidade esteve presente desde seu primeiro mandato e como as disputas no plano da moralidade foram fundamentais para

pavimentar a estrada que levou ao *impeachment* de Rousseff em seu segundo mandato. Em 5 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADF) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, o que garantiu o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Na semana seguinte, a Comissão de Direitos Humanos discutia o Projeto de Lei Complementar (PLC) 122/2006, projeto de longa tramitação, para a criminalização da homofobia. Vale destacar que os críticos do PLC 122/2006 enfatizaram amplamente o suposto cerceamento da liberdade de expressão que a criminalização da homofobia poderia instaurar (Balieiro, 2018).

No dia 11 de maio de 2011, ao mesmo tempo em que Marta Suplicy, então relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos, dava entrevista à imprensa sobre o PLC 122/2006, Bolsonaro divulgava no Congresso panfletos contrários ao projeto de material didático do kit anti-homofobia, na tentativa de angariar a atenção dos meios de comunicação. Voltando à cronologia dos fatos, Balieiro destaca que

A proximidade das datas e a conexão entre os eventos permite perceber a consolidação da primeira manifestação de pânico moral como reação a um cenário de avanços nas políticas de direitos humanos voltadas ao enfrentamento da homofobia e à equiparação de direitos matrimoniais, incluindo a população LGBT. Embora outros alarmes tenham sido levantados, tais como a ameaça à família e a suspensão do direito de expressão, foi com a construção da ameaça às crianças que a discussão teve ampla repercussão midiática, com consequências efetivas ao serem barradas iniciativas voltadas aos direitos humanos no que tange a gênero e sexualidade (Balieiro, 2018, p. 8)

Após sofrer forte pressão, em 26 de maio de 2011 o governo de Dilma decidiu por suspender a produção e distribuição do material didático. Deve-se destacar que em todo o processo que implica não só ataque ao kit anti-homofobia, mas também às demais pautas que estavam em debate naquele período, a FPE exerceu papel de destaque. No que tange especificamente ao material didático, a FPE o classificou como um “estímulo ao homossexualismo”⁹ e atuou ativamente no sentido de utilizá-lo como exemplo de violação da moralidade cristã e conservadora. Estes acontecimentos nos servem para ilustrar como as disputas no terreno da moralidade ocorreram ao longo da permanência de Dilma na presidência e na deposição dela do cargo para o qual foi eleita.

⁹ Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/dilma-suspende-8220-kit-gay-8221-apos-protesto-da-bancada-evangelica>. Acesso realizado em 19 de julho de 2023.

Conclusivamente, e ratificando os apontamentos trazidos até aqui, constata-se a chegada a uma condição em que o conservadorismo brasileiro – norteado pela retórica da perda – possibilitou a construção de uma nova roupagem da relação entre política e religião, e isso foi determinante para a ascensão de forças políticas dotadas de força, capilaridade e mobilidade para influenciar importantes parcelas de nosso tecido social, sob a promessa de retorno a conjunturas passadas e supostamente melhores, e tendo na religião uma importante coluna de sustentação e auxílio para todo o conjunto retórico que foi construído.

As várias faces do conservadorismo brasileiro e a influência da Igreja Evangélica

Entendendo a necessidade de se compreender como foram articulados os discursos conservadores que contribuíram para que o *impeachment* de Dilma Rousseff se concretizasse, para além da apresentação desses através das esferas morais ativadas no decorrer da votação de admissibilidade do processo de impedimento¹⁰, importa de antemão o entendimento acerca do que consiste e como se desdobra o fenômeno da onda conservadora no Brasil.

Autores como Facchini e Sívori (2017) observam que esse processo político-social se apresenta como mais um sinal dentro de um processo de intensificação da crise política em que o país estava mergulhando. Não obstante, na obra “A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo”, Ronaldo de Almeida assevera que “o país vem passando nos últimos anos por processos políticos que têm levado a perdas de determinadas conquistas no universo dos direitos construído, principalmente, após a redemocratização” (Almeida, 2017, p. 3).

Não obstante, o autor destaca que o país tem sofrido com a incidência recente de variados processos políticos nos quais a perda de direitos acabou por se concretizar, considerando crucial nesse fenômeno a presença de forças reacionárias, que trabalham em prol “da contenção, da restrição e do retrocesso de alguns direitos garantidos com a promulgação da Constituição de 1988” (Almeida, 2017, p. 3). A esse movimento de reação, dá-se o nome de “onda conservadora”.

Para compreender no que consiste e como se estrutura esse movimento político que é a onda conservadora, é primordial compreender de antemão que a conjuntura

¹⁰ Realizada em 17 de abril de 2016 e assistida em rede nacional por milhões de pessoas, a votação no plenário da Câmara dos Deputados sobre a admissibilidade do processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff é considerada um dos momentos mais emblemáticos da política brasileira.

política polarizada na qual nosso país se mantém estacionado é um fator-chave que intensifica a capacidade de articulação, influência e permanência desses grupos nos palcos de debate político, e por conta disso, é importante observar e distinguir as variadas ramificações que pertencem a esse movimento político, fundamentais para estabelecer que esse conjunto multifacetado não seja trabalhado como se fosse um todo padronizado, erro no qual incorrem variadas análises.

Assim, o conservadorismo pode ser entendido como um conjunto de dimensões oriundas das estruturas constituídas nos conflitos políticos, traduzindo-se em “categorias políticas de acusação que circunscrevem um conjunto relativamente variado de discursos, valores, ações e posicionamentos políticos com interesses parciais e conjunturalmente comuns” (Almeida, 2017, p. 4).

Para além da definição introdutória, o autor observa que há recentemente um movimento direcionado à assunção pública de comportamentos alinhados com as ideias “de direita”, algo que nos momentos próximos da redemocratização era tratado com certo grau de embaraço, dada a relação dos conservadores com setores vinculados ao então regime militar que comandou nosso país por vinte e um anos.

Dessa forma, pode-se constatar que um pilar fundamental da estrutura recente da chamada onda conservadora consiste na perda do constrangimento, elemento que permite a seus apoiadores uma nova fase de ascensão em nosso cenário político. E, junto à perda do constrangimento, observa-se também que esse movimento acarretou uma espécie de inversão do elemento da vergonha, dessa vez direcionando o estigma sobre quem assume seus posicionamentos para aqueles que se alinham com o espectro político da esquerda (Almeida, 2017).

Com isso, e prosseguindo na tarefa de delimitar a variedade de atores e interesses que integram a onda conservadora, voltamos agora para o breve exame de um de seus principais grupos integrantes, comumente conhecido como “os evangélicos”. Almeida (2017) alerta para essa análise a necessidade também relevante de que a compreensão desse grupo seja tratada com cautela, sobretudo no que tange à compreensão das categorias que os descrevem, pois em que pese importantes setores da Igreja Evangélica integrem a onda conservadora, esse fenômeno não é integrado unicamente por eles.

Para uma tentativa de delimitação objetiva de um grupo com caráter diverso e variadas dimensões de interesses, retomamos a Ronaldo de Almeida (2007), ao utilizar

a seguinte abordagem sobre no que consiste o grupo formado pelos evangélicos:

Um segmento religioso formado por pessoas na maioria das vezes honestas e confiáveis nas relações face a face, mas pouco tolerantes com religiões e morais alheias, e cujas lideranças costumam ser percebidas com desconfiança, sendo algumas consideradas ambiciosas e arrivistas (Almeida, 2007, p. 174).

Ainda, importa mencionar que a presente acepção sobre os evangélicos não alcança aqueles que assim se autodeclaram, sobretudo porque o termo “evangélico” encontra-se localizado em um constante processo de estigma atribuído e disputa entre aqueles que se identificam com a expressão e a partir dela se declaram. Prova disso é o fato de que alguns integrantes da Igreja Evangélica passaram a se identificar de formas distintas, preferindo utilizar referências mais específicas às suas denominações, como é o caso dos pentecostais (Almeida, 2017).

Frente Parlamentar Evangélica (FPE): o encontro da religião com a política

Considerada uma das mais influentes do Congresso Nacional ao longo das últimas legislaturas, a FPE, popularmente conhecida como bancada evangélica, tornou-se a efetiva representante dos interesses da Igreja Evangélica no parlamento brasileiro, aqui considerados a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Com crescimento quase ininterrupto em sua composição desde a primeira eleição pós-1988 (DIAP, 2022, informação *online*), a FPE destaca-se por atuar em temas como a moral e os costumes, direitos das minorias, saúde, educação e gênero e até mesmo direitos reprodutivos, sobretudo no que diz respeito à questão do aborto no Brasil.

Não obstante, é pacífico o entendimento de que a atuação da FPE é um dos grandes motivos das recentes atribuições negativas que têm sido direcionadas aos setores Evangélicos em geral, principalmente porque estes representariam “um conjunto de deputados “moralistas” que ameaçam a laicidade do Estado Brasileiro” (Almeida, 2017, p. 6).

Mas, para além de uma suposta ameaça à laicidade, é fato que os setores evangélicos de nossa sociedade se expandiram para outras esferas. A criação de mecanismos capazes de intensificar sua inserção no âmbito político se deve sobretudo à capilaridade de suas lideranças no que diz respeito ao capital político-eleitoral necessário para alçá-los a cargos públicos eletivos.

A título ilustrativo, observando a composição da FPE no parlamento nacional, reafirma-se que estamos tratando de um movimento composto por interesses e integrantes diversos, não representando a FPE um uníssono de ambições e pontos de vista. Conforme levantamento provisório disponibilizado pelo DIAP¹¹ e análise quantitativa realizada para este trabalho, a composição da FPE para a legislatura 2023-2027 será integrada por oitenta e cinco parlamentares, entre Deputados e Senadores¹², que representam cerca de vinte e sete congregações evangélicas diferentes e estão distribuídos entre dezessete siglas partidárias distintas. No que diz respeito à ocupação laboral desses parlamentares, é patente a variedade de profissões exercidas, transitando de bispos, pastores e teólogos a advogados, engenheiros, jornalistas e técnicos em enfermagem.

Quanto ao universo de múltiplas Congregações representadas no âmbito da FPE, ressalta-se a incidência de um processo de fragmentação institucional na esfera religiosa, fenômeno que resultou na presença de grandes e conhecidas Convenções religiosas e também na inserção de Ministérios de menor dimensão, diluídos a partir de variados tipos de divergência interna na Igreja Evangélica, seja no âmbito da doutrina religiosa ou mesmo nas demandas políticas de seus integrantes (Almeida, 2017).

Partindo para as variadas demandas políticas que compõem o movimento evangélico atualmente, Almeida (2017) observa que muitas dessas percepções são mais alinhadas com o conservadorismo que é inerente à sociedade brasileira do que restritas à religião como uma característica específica a esses grupos. Por um lado, sustenta a existência de uma maior tolerância e menor rigor no âmbito das relações entre indivíduos (esfera privada), enquanto por outro, observa a consolidação da rigidez moral quando se trata das discussões em espaço público, como o próprio cenário político, no qual os representantes têm se mostrado cada vez mais inflexíveis quando se trata de temas sensíveis à esfera de interesses dos evangélicos.

Para além disso, as próprias profissões dos parlamentares da FPE acabam por inseri-los em diferentes órbitas de influência e reivindicação, reafirmando que dentro da onda conservadora — e mais especificamente dos movimentos políticos vinculados à

¹¹ 2022, informação *online*.

¹² Esse número representa aproximadamente 14,3% de cadeiras ocupadas na Câmara e no Senado pela Bancada Evangélica, de um total de 594 parlamentares, sendo 513 Deputados Federais e 81 Senadores da República.

Igreja Evangélica — há uma multiplicidade de atores, interesses, demandas e articulações que nos impedem de classificá-la como um fenômeno uniforme e passível de generalização, sob risco de perdermos variáveis importantes que podem contribuir para a análise dos processos que estes grupos integram.

Para isso, Ronaldo de Almeida (2017) classifica a conjuntura político-religiosa da onda conservadora em nosso país a partir de quatro linhas de força primordiais, que colaboram para estruturar o movimento que aqui está sendo analisado, qual seja, a Igreja Evangélica e sua influência para a consolidação mais recente dos movimentos conservadores no Brasil. Esses quatro grandes elementos consistem nas linhas de força econômica, moral, securitária e de interação, e em que pese não tenham um caráter absoluto de convergência entre si, acabam por articular-se “em torno de opositores comuns” (Almeida, 2017, p. 13).

A primeira linha de força da onda conservadora brasileira é a *econômica*, de natureza *meritocrática e empreendedora*, e está relacionada à defesa de diretrizes individuais de escalada social, sobretudo vinculadas ao mérito, à dedicação de cada sujeito, à diminuição da influência do estado na redistribuição de recursos essenciais e valorização do empreendedorismo individualizado. Essa visão de mundo está vinculada à chamada Teologia da Prosperidade, e no âmbito neopentecostal “prega uma ética econômica voltada para o mundo, onde possuir e ascender são sinais de que Deus, e não o diabo, age em sua vida” (Almeida, 2017, p. 14).

Essa doutrina de ascensão, assim, acaba por defender que cada indivíduo tenha disposição para crescer ao ponto de tornar-se seu próprio chefe, em detrimento de incentivos à disciplina ou mesmo ao trabalho. No âmbito das relações de trabalho e geração de renda, a Teologia da Prosperidade terá como efeitos o crescimento da informalidade e, de forma mais agravada, da própria piora nas condições de trabalho dos brasileiros, também conhecida como precarização. Para além do plano individual-religioso, a linha de força econômica terá ampla convergência com agendas de governo de caráter liberal, buscando diminuir a presença do Estado na vida dos cidadãos por um lado, e intensificando a “regulação jurídica da moralidade pública”¹³, por outro.

Em seguida, temos a linha de força *moral* na onda conservadora brasileira, de natureza *reguladora* e responsável por amplificar os confrontos em torno da

¹³ Almeida, 2017, p. 16.

moralidade no espaço público, sobretudo no que tange ao “controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários” (Almeida, 2017, p. 17).

Essa linha de força do pensamento conservador recente busca atuar como um mecanismo de reação às conquistas seculares que foram implementadas no campo do comportamento e dos valores em nosso país, e aqui pode-se falar dos avanços na área dos direitos civis, sociais, sexuais e reprodutivos. É dizer, essa regulação no campo do comportamento e dos corpos terá pautas, por exemplo, como o casamento e/ou adoção por casais compostos por pessoas do mesmo sexo, mudança de gênero, pesquisas genéticas ou mesmo a pauta do aborto, tema prioritário para o campo do fundamentalismo religioso.

Em um paralelo com a obra “A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça”, onde o escritor alemão Albert Hirschman (1992) busca fazer uma análise detalhada das retóricas conservadoras do Iluminismo até os dias atuais, a linha de força moralmente reguladora se assemelha à tese da perversidade ou do efeito perverso, que destaca que qualquer ação que busque melhorar algum ponto da sociedade nos âmbitos econômico, social ou político só irá servir para piorar o quadro que se quer corrigir, sustentando que toda e qualquer política pública de cunho progressista é dotada, na verdade, de um efeito perverso.

Em terceiro lugar, teremos a linha de força *securitária*, de natureza *repressiva* e *punitiva*, que consiste na defesa da intensificação do nível de rigidez, resposta e penalidade dos mecanismos estatais de segurança pública, ou seja, os integrantes dessa linha sustentam a necessidade de recrudescimento da violência das forças de segurança junto aos cidadãos, sobretudo como reflexo de doutrinas de segurança pública conhecidas notadamente por históricas violações de direitos humanos. Dentre suas pautas estarão temas como as políticas de encarceramento em massa, diminuição da maioria penal, implementação da pena de morte e a facilitação do acesso dos cidadãos às armas (Almeida, 2017).

Conclusivamente, temos a quarta linha de força da onda conservadora brasileira, pertencente ao campo das *interações* e de natureza *socialmente intolerante*. Tal elemento de força volta-se à ampliação do tensionamento nas relações interpessoais entre sujeitos que ocupam diferentes posições na esfera política, moral e até mesmo da opinião pessoal, dando força a processos de fragmentação e enfraquecimento dos laços pessoais entre sujeitos que pensam

diferente. Nesse sentido, o aumento do alcance dado pelas redes sociais a variados temas de sensibilidade elevada acabou por acarretar o crescimento desses processos de tensão nas interações entre sujeitos com posicionamentos antagônicos (Almeida, 2017).

Como observa Almeida (2017), em que pese o pensamento social brasileiro tenha sido estruturado sob a ótica da cordialidade, elementos como o conflito e a intolerância têm ganhado destaque de influência nas relações cuja incidência de antagonismos de cunho político e religioso se fazem presentes. Ainda, a análise dessas linhas de força reitera que a onda conservadora brasileira é constituída por variados atores, interesses e assimetrias, sendo fundamental entender que é justamente a incidência dessas múltiplas variáveis que irão possibilitar o melhor exame dos processos aqui estudados.

Considerando os apontamentos realizados até aqui, voltamos à observação sobre a FPE tal qual ela se configurava em 2014 com a intenção de melhor compreender os processos que levaram à deposição de Dilma. Naquele ano, dentre os 513 deputados federais eleitos, 74 pertenciam declaradamente à FPE, inclusive Eduardo Cunha (PMDB) que ocupava o cargo de Presidente da Câmara. Em 06 de abril de 2016, a FPE manifestou publicamente sua posição favorável ao *impeachment*. De acordo com a nota divulgada à imprensa, os motivos para o apoio advinham “da grave crise econômica, moral, ética e política que atravessa o Brasil”¹⁴

[...] o deputado Leonardo Quintão (PMDB - MG), disse que os deputados evangélicos irão procurar as lideranças evangélicas de deputados que estão indecisos para explicar o porquê do impeachment e a importância de sua aprovação:

— A Frente Parlamentar Evangélica tomou a decisão para defender o povo mais humilde, que perdeu empregos. É uma decisão em prol dos mais pobres. Iremos visitar os pastores, lideranças evangélicas, para mostrar a importância do impeachment para recuperarmos a nação. João Campos afirmou que não é uma posição religiosa ou partidária.

— Essa posição não é uma posição partidária, sequer religiosa. É uma posição em favor da nação. O país não pode continuar como está - disse Campos (O Globo, 2016)¹⁵.

¹⁴ Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bancada-evangelica-declara-apoio-ao-impeachment-de-dilma/>. Acesso realizado em 19 de julho de 2023.

¹⁵ Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/bancada-evangelica-anuncia-apoio-ao-impeachment-de-dilma-19032782>. Acesso realizado em 19 de julho de 2023.

Ainda que o parlamentar Leonardo Quintão afirmasse que o posicionamento da FPE não tinha embasamento religioso ou partidário, é possível problematizar a fala do então deputado por meio da reflexão sobre a atuação da bancada evangélica no Congresso. Durante as votações e proposições de projetos que versam sobre temas como os direitos das mulheres, o aborto, questões de gênero e demais assuntos compreendidos como pautas progressistas, a FPE se mostrou amplamente comprometida com determinadas convicções religiosas que, no contexto analisado, implicam adesão à moralidade conservadora.

A sessão da Câmara dos Deputados do dia 17 de abril de 2016 onde votou-se pela admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, abriu a sessão com a frase: “Que Deus possa estar protegendo esta nação” (Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017, p. 186). No rol de fundamentações mencionadas pelos parlamentares durante a votação estiveram presentes enfaticamente “valores universais comuns que lastreiam muito do comportamento na vida cotidiana das pessoas, como família, vida, esperança e fé” (Prandi; Carneiro, 2018, p. 5).

As justificativas e votos declarados pelos deputados federais, evangélicos ou não, traziam mensagens que articulavam elementos como democracia, família e Deus. Mas, ao comparar os discursos proferidos pelos dois grupos de parlamentares, Prandi e Carneiro (2018) apontam que os evangélicos se distinguem em função do maior número de utilizações do trio de palavras durante as justificativas de seus votos a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff (Prandi; Carneiro, 2018, p. 15).

O evento da votação em tela funciona como um recorte exemplar para a análise do conservadorismo presente em temas da moralidade que se mostram muito presentes na esfera política brasileira atual. Sob a ótica da preservação das tradições, que abarca sentimentos relativos à família, à religião, à corrupção e à avaliação de um governo ruim, a deposição de Dilma foi fundamentada em uma moralidade conservadora bastante conectada à elementos valorados no universo evangélico. Nota-se que as linhas de força descritas por Almeida (2017) estão presentes no evento da votação, especialmente as que tratam da moral e das interações, tendo em vista o caráter regulador e socialmente intolerante das narrativas dos atores envolvidos nesse processo.

Considerações finais

A Teoria do Discurso, formulada na obra “*Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*” por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), consiste em uma abordagem teórica que enfatiza o papel da linguagem e do discurso na construção da realidade social e política. De acordo com os autores, as categorias sociais são construídas através do discurso e não existem de forma independente da linguagem.

Tratando-se de uma abordagem sociopolítica que destaca as funções exercidas pela linguagem e os signos na construção da identidade e da significação social, estas identidades serão construídas através de processos discursivos, e nestes as relações de poder e os significados serão renegociados e restabelecidos (Laclau; Mouffe, 1985).

Nesse sentido, tal arcabouço teórico argumenta que a sociedade é constituída por relações de poder que se sustentam através de discursos hegemônicos. As transformações sociais e políticas serão, portanto, vistas como consequência dos questionamentos e das rearticulações dos discursos dominantes. Assim, entendida a importância da hegemonia como um mecanismo por meio do qual as relações de poder são mantidas e transformadas, as lutas sociais e políticas serão, em última análise, lutas por significação (Laclau; Mouffe, 1985).

No curso desse processo discursivo, elemento fundamental em sua composição é o ponto nodal, que por sua vez, refere-se a um elemento central que articula diferentes demandas e representações sociais, formando uma identidade coletiva. Não obstante, este ponto nodal pode ser qualquer coisa – desde um indivíduo ou grupo até uma ideia ou um símbolo –, e a sua importância se localiza na capacidade de agrupar diferentes elementos em torno de um projeto comum (Laclau; Mouffe, 1985; de Mendonça, 2009).

É importante ainda levarmos em consideração que o processo de constituição de uma ordem hegemônica parte sempre de um discurso particular que consegue suplementar (no sentido de *supplément* de Derrida), ou seja, representar discursos ou identidades até então dispersos. Essa organização ocorre a partir desse discurso centralizador, de um ponto nodal que consegue fixar seu sentido e, a partir deste, articular elementos que previamente não estavam articulados entre si (de Mendonça, 2009, p. 159).

Assim, observa-se que os pontos nodais são fundamentais para a construção de identidades políticas e para a formação de hegemonias, já que permitem a criação de

consensos temporários a partir da articulação de diferentes demandas e interesses. Sobre a política, esta será entendida pelos autores como a luta por domínio em torno destes pontos nodais, e aqui diferentes grupos sociais competirão pela imposição de seus pontos de vista e reivindicações na comunidade política.

Diante do acima apresentado, é possível se constatar que os processos históricos de natureza política que ocorreram no Brasil a partir de 2010 mostraram o desenvolvimento e o próprio refinamento dos discursos utilizados por setores conservadores na sociedade brasileira, articulados entre si na defesa e promoção de agendas consideradas primordiais para esses grupos nos pleitos eleitorais que se desdobraram nesse espaço de tempo, e as eleições gerais de 2014 se mostraram um divisor de águas nesse processo (Vital da Cunha, 2020).

Nestas eleições, as categorias religião e tradição foram conclamadas para explicar posicionamentos e para pacificar os ânimos, embora, em muitos casos, parecessem acirrá-los ainda mais. A defesa da família por líderes evangélicos e católicos passou a se basear publicamente na “tradição”, por exemplo. Com isso buscavam se contrapor às acusações de que estavam falando sobre religião ou como religiosos, violando a laicidade. Buscavam fundamento em uma ética e estética da família tradicional, dos valores tradicionais brasileiros (Carranza e Vital da Cunha, 2018 *apud* Vital da Cunha, 2020, p. 129-30).

Entre outras razões, e entendendo que variados são os elementos que culminaram para o atual contexto de fortalecimento dos movimentos conservadores no Brasil, esse paradigma criado em 2014 acabou por se tornar também um importante fator de mobilização e articulação que resultou no principal objeto de estudo do presente trabalho: o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. É dizer, a influência dos discursos conservadores por meio da ativação de campos de moralidade no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff foi elemento decisivo para o seu afastamento do cargo.

Considerado na visão de Coelho e Mendes (2020, p. 227) como “um grave abalo para a democracia brasileira”, foi possível observar no desenvolvimento deste trabalho como a articulação de diferentes reivindicações conservadoras viabilizou a ascensão e a consolidação de forças políticas notáveis no cenário brasileiro, e observando os desdobramentos do *impeachment* de Dilma Rousseff, compreendemos que trata-se de um processo histórico cujas consequências representaram transformações muito importantes na conjuntura política brasileira, e que atingiram de forma determinante a própria estrutura do sistema democrático de nosso país.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. Dez anos do “chute na santa”: a intolerância com a diferença. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afrobrasileiro**. São Paulo, Edusp, 2007, pp.171-189.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, 2017.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, p. e185306, 2018.
- BRITO, Simone Magalhães. Traçando os limites da sociologia da moralidade: uma perspectiva adorniana. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 17, 2011.
- CARRANZA, Brenda; VITAL DA CUNHA, Christina. Conservative religious activism in the Brazilian Congress: Sexual agendas in focus. **Social Compass**, v. 65, n. 4, p. 486-502, 2018.
- COELHO, André Luiz; MENDES, Mateus. A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff. **Sul Global**, v. 1, n. 1, p. 212-232, 2020.
- DE MENDONÇA, Daniel. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 1, p. 153-169, 2009.
- DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Bancadas Informais: levantamento preliminar no novo Congresso**. Brasília: Diap, 2022. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2022/91188-bancadas-informais-levantamento-preliminar-do-novo-congresso>. Acesso em 17 de dezembro de 2022.
- FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horacio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, 2017.
- HIRSCHMAN, Albert Otto. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. Companhia das Letras, 1992.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. London: Verso Books, 1985.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 25-54, 2012.
- MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. 708-726, 2016.
- MARIZ, Cecília Loreto. Algumas questões inspiradas pelas eleições municipais de 2016: comentando o artigo de Érico Tavares de Carvalho Junior e Ari Pedro Oro. **Debates do NER**, p. 71-80, 2017.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, p. 101-128, 2007.
- MORITZ, Maria Lúcia; Rita, Mayara Bacelar. Mídia Impressa e Gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. **Intercom**, v. 43, p. 203-223, 2020.
- ORO, Ari Pedro; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**. Porto Alegre. Vol. 11, n. 18 (jul./dez. 2010), p. 11-38, 2010.
- PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **Realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec. NLM, 1996
- PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de

- Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, p. 1-22, 2018.
- TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, p. 112-135, 2018.
- VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política: uma análise de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012.
- VITAL DA CUNHA, Christina; EVANGELISTA, Ana Carolina. Estratégias eleitorais em 2018: o caso das candidaturas evangélicas ao legislativo. **Sur. Revista internacional de direitos humanos**, v. 29, p. 87-100, 2019.
- VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política: Medos sociais, extremismo religioso e eleições 2014**. 1. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Stampapa, 2017.
- VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. **Plural. Antropologías desde América Latina y del Caribe**, n. 6, 2020.
- WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2015.

Recebido: 18 mai 2023

Aceito: 27 nov 2023